



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

**14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARITÁRIA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM**

**Local: Sede Regional SISEMA –
SUPRAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG
Data: 14 de fevereiro de 2014 às 14h00min**

Aos 14 (quatorze) dias do mês de fevereiro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 14ª (décima quarta) Reunião Ordinária (RO) da Comissão Paritária (COPA) do Conselho de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Sra. (senhora) Marina Sardinha Machado, Titular e Presidente, Superintendente da Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas Gerais; Sr. (senhor) Ademar Franco Guimarães, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Sub Tenente Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sra. Elaine Cristina Ribeiro Lima, 1ª (primeira) Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Moisés Inácio Franco, 1º (primeiro) Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, 2º (segundo) Suplente da Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO). MARINA (PRESIDENTE): Bom, pauta da 14ª (décima quarta) Reunião Ordinária da Comissão Paritária (COPA) Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), 14 (quatorze) de fevereiro de 2014 (dois mil e quatorze), às 02h10min. (duas horas e dez minutos). Vamos à execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pela Superintendente Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas e Presidente da COPA Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sra. Marina Sardinha Machado.** Vamos ao item 3 da pauta. **3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Bom, não havendo nenhum comunicado vamos ao item 4. **4. Exame da Ata da 13ª RO de 13/12/2013.** Em discussão. Coloco em votação a Ata da 13ª RO de 13/12/2013, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se manifestem. Aprovada. Farei a leitura de todos os itens, o Conselheiro que tiver alguma manifestação, solicite destaque. Item **5. Processos Administrativos para exame de Autorização para Intervenção Ambiental com Supressão de Cobertura Vegetal Nativa com destoca:** Item 5.1 Vanderley Malta da Silva e Outros/Fazenda Santa Bárbara - Gurinhatã/MG - PA/Nº. 06020000030/13 - Área de RL: 23,1588 ha - APP: 3,0700 ha - Área da Intervenção Ambiental: 42,7600 ha. NRRA Ituiutaba. **RETIRADO DE PAUTA EM 11/10/2013.** Destaque? Ele está retornando. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, de qualquer maneira ele vai ser votado? Vai abrir discussão? MARINA (PRESIDENTE): O senhor tem que pedir destaque. Ah. Ele não foi retirado de pauta não, é vistas. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Ah. Bom. **Áudio não identificado.** MARINA (PRESIDENTE): A gente vai discutir. Item 5.2 Marta Aparecida Mendes Soares Oliveira/Fazenda Perobas, Lugar Braco - Campina Verde/MG - PA/Nº. 06030000048/13 - Área de RL: 37,1396 ha - APP: 28,1589 ha - Área da Intervenção Ambiental: 3,7891 ha.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Secretaria Executiva

48 NRRRA Iturama. Item 5.3 Antônio Hortense/Fazenda Campo Limpo e Pirapetinga -
49 Patrocínio/MG - PA/Nº. 11020000636/12 - Área de RL: 9,6825 ha - APP: 0,0000 ha - Área da
50 Intervenção Ambiental: 6,4000 ha. NRRRA Patrocínio. CERVIVO Destaque. 5.4 Nivaldo
51 Costa da Silva/Fazenda Santa Rosa de Baixo, Lugar Furtados - Coromandel, Santa Rosa dos
52 Dourados/MG - PA/Nº. 11020001156/2007 - Área de RL: 7,1787 ha - APP: 0,8711 ha - Área
53 da Intervenção Ambiental: 13,3437 ha. NRRRA Patrocínio. 5.5 Arlindo Antônio
54 Roque/Fazenda Santana - Presidente Olegário/MG - PA/Nº. 11030000470/2010 - Área de RL:
55 10,9900 ha - APP: 6,3500 ha - Área da Intervenção Ambiental: 9,9376 ha. NRRRA Patos de
56 Minas. Item **6. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo para**
57 **Validade do Documento Autorizativo de Intervenção e Ambiental - DAIA:** 6.1 Marcone
58 Tolentino Alves/Fazenda Roncador - Presidente Olegário, São Pedro da Ponte Firme/MG -
59 PA/Nº. 11030000384/11 - DAIA nº 0018581-D. NRRRA Patos de Minas. Coloco em votação
60 os itens 5.2; 5.4; 5.5 e 6.1, os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão,
61 demais se manifestem. Aprovados os itens. Coloco em discussão o item 5.1, é o retorno de
62 vistas. Ah tá, a pessoa que está inscrita para o processo. NÃO IDENTIFICADO: Boa tarde,
63 Conselheiros, por gentileza, poderia a possibilidade de projeção do processo de vistas? Ai, é
64 só se tiver alguma coisa para detalhar, para mostrar. MARINA (PRESIDENTE): Já foi
65 disponibilizado. NÃO IDENTIFICADO: Bom, infelizmente a Conselheira Polyanna,
66 felizmente também não, a gente tem que seguir a vida profissional; foi admitida dentro de um
67 processo seletivo dentro de Minas Gerais e hoje ela trabalha na Secretaria de Meio Ambiente,
68 por isso ela solicitou antes desse processo novo, a descompatibilização como Conselheira aqui
69 na COPA e nós não indicamos ainda nosso Conselheiro. Eu represento a ANGÁ (Associação
70 para a Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro), que é titular e eu venho aqui justamente
71 fazer o papel da Polyanna nessa questão do processo, caso algum Conselheiro ou outra pessoa
72 tenha dúvidas. Assim, resumindo, vocês tiveram acesso, os Conselheiros, eu não vou ficar
73 entrando muito em detalhes, mas os pontos principais que a gente detecta nesse processo;
74 primeiro que a gente já reforçou claramente se tratar de uma área de entorno de uma Unidade
75 de Conservação, no nosso entendimento uma região de baixa concentração de vegetação
76 nativa, deve-se ter um outro olhar nessa questão de supressão de vegetação entorno de
77 Unidades; no processo de vistoria com a presença da Doutora Kátia Facuri, da Universidade
78 Federal de Uberlândia, que trabalha com Biologia da Conservação com mamíferos e a própria
79 Conselheira Polyanna, que trabalha com a parte de restauração de áreas, também detectou *in-*
80 *loco* algumas diferenças na área a ser suprimida com a área de Reserva Legal. Segundo a
81 Conselheira, óbvio que isso precisaria um levantamento fito sociológico da parte de Reserva
82 Legal comparando com a área de destoca, mas empiricamente na observação parece que o
83 volume, o estado de conservação de 01 (uma) das áreas requeridas, que é justamente aquele
84 complexo maior que vocês viram as fotos indicadas, demonstra um estado de conservação
85 interessante, mas ressaltar, era necessário nesse estudo esse estudo comparativo. Depois,
86 baseando na própria legislação o que a gente sentiu e que a Conselheira destacou no seu
87 parecer são aqueles itens que a gente vem destacando de forma muito simples, de
88 categorização de fauna; aqui tem cobra, tatu, etc. Até a gente teve uma fala na Ata, que a
89 gente constatou que um dos técnicos analistas desse processo, ele afirmou categoricamente
90 que não tem conhecimento de fauna, então, isso até prejudica um pouco a análise, se essa área
91 é importante ou não, porque quando essa doutora que trabalha com mamíferos foi, ela
92 constatou o indício, a presença de animais ameaçados, como tamanduá bandeira, etc. Então, a
93 gente só queria reforçar esses itens que contemplam nessa Resolução conjunta 1.804 de 11 de
94 janeiro de 2013 alguns itens como o estado de conservação da tipologia vegetal no processo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Secretaria Executiva

95 da descrição, isso também foi um pouco prejudicial na análise por não conter esses dados. A
96 questão da fauna, ter uma análise mais penhorizada, mais destacada, não só colocar nomes
97 comuns, porque você fala cobra, você tem diferentes espécies de cobras; você fala tatu, você
98 tem diferentes espécies de tatu. Então, a gente precisa, quando se destaca uma área de entorno
99 de Unidade de Conservação, uma maior atenção a esse fato. Por último, para deixar bem
100 claro, não tem nada a ver isso sobre a questão de querer inviabilizar a produção, o produtor,
101 de forma alguma. Eu acho que a fala do Moisés na última reunião, eu li ela na íntegra na Ata,
102 deixa bem claro o que nós buscamos. Que o Governo crie mecanismos para que os produtores
103 no momento de identificar áreas importantes para conservação, que ele também receba por
104 isso também, seja pelo Bolsa Verde, seja por um Cadastro de Reservas Legais em excedente
105 na região, que quem tiver em déficit pode pagar por essa Reserva Legal em excedente, porque
106 nós já plantamos isso para o Governo em outra oportunidade. Não são só críticas, nós
107 trazemos soluções também, mas infelizmente parece que a morosidade, parece que ainda há
108 um distanciamento dessas propostas na efetividade. Então, gostaria de agradecer e estou aqui
109 disposto a qualquer outra pergunta, questionamento e eu me inscrevi depois do encerramento,
110 presidente, eu não vou fazer essa discussão agora, gostaria depois no final da reunião, tecer
111 alguns comentários que foram feitos na última reunião. Não é o caso agora, mas eu gostaria
112 de voltar, visto que a minha entidade, que eu participo e trabalho foi criticada e eu gostaria de
113 tecer esses comentários. Obrigado. MARINA (PRESIDENTE): Bom, apresentado então pelo
114 representando da ONG o parecer de vistas, a SUPRAM mantém pelo parecer já apresentado
115 anteriormente, conforme disponibilizado para vocês. Coloco em discussão, se vocês tiverem
116 alguma coisa para acrescentar, alguma dúvida. ELAINE (FAEMG): Eu só queria tirar uma
117 dúvida, nesse caso eu vi que o desmatamento foi aprovado em partes, porque 6% (seis por
118 cento) mais ou menos foram destinados a compensação como Reserva Legal Excedente. Faz
119 pouco tempo que eu estou no Conselho e seria mais para eu entender como que é mesmo,
120 quais são os parâmetros que tem sido utilizados? Quer dizer, não deferiu 50% (cinquenta por
121 cento) para desmate, foi 42 (quarenta e dois) e essa diferença ficou como averbado como
122 Reserva excedente aos 20% (vinte por cento) que já existia. Eu queria um esclarecimento
123 assim só técnico. JOSÉ MARIA (NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL
124 ITUIUTABA): Esse critério é puramente técnico. Eu, quando eu fiz a vistoria, nós olhando a
125 área em questão, eu propus ao fazendeiro, que não é obrigação dele, está certo? Porque a Lei,
126 apesar dela falar no mínimo 20% (vinte por cento), normalmente se deixa os 20% (vinte por
127 cento). Então, no momento, a gente trocando, conversando lá dentro da propriedade, eu falei
128 para ele será que você não teria jeito de deixar uma área a mais, para se compensar essa área
129 que você vai suprimir? Ele falou não há problema. Escolhemos uma área e determinamos
130 aquela área como área para compensação do impacto que iria causar, está certo? Eu quero
131 deixar bem claro que na propriedade tem essa área de maciço, mas a grande parte que vai ser
132 suprimida já foi suprimida anteriormente. É só uma área de maciço que tem lá, é um maciço
133 que é caracterizado como campo cerrado, ele foi bastante degradado ao longo do tempo,
134 porque nunca foi cercado. Então, gado entrava dentro da propriedade, no antigo proprietário;
135 ela encontra-se degradada. Então, eu vejo assim que na parte legal e na parte ambiental,
136 querendo ou não eles colocam; eu penso assim, é uma pequena propriedade rural, menor que
137 120,00 (cento e vinte) hectares, a pessoa vai mexer com seringueira, café e parece que
138 mandioca, se não me engano. Para você ver, a seringueira, apesar de ser monocultura, está
139 tirando uma área de floresta colocando outra área de floresta no local. Eu não vejo,
140 tecnicamente e nem legalmente nenhum empecilho que possa vir a indeferir o processo. E
141 olha outra coisa, igual falamos, eu coloco o seguinte, eu convivo com o pessoal da Unidade de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Secretaria Executiva

142 Conservação, a gente trabalha no mesmo escritório. Como diz a gerente lá, está difícil
143 conseguir conciliar com o pessoal dentro da Unidade de Conservação, está uma briga
144 medonha, eles não querem aceitar. Se nós ainda formos pegar a área do entorno e começar
145 sabe, sei lá, pode, não pode, pode, não pode; eu acho que vai ser muito difícil para aquela
146 Unidade de Conservação ser preservada na nossa região. Eu acho assim, igual estou falando,
147 legalmente e tecnicamente não vejo; não conheço mesmo de fauna; não tive no meu
148 curriculum, que eu sou engenheiro agrônomo, não tive no meu curriculum. Igual quem fez
149 Biologia não pode vir falar de florestas ou falar de solo, essas coisas todinhas. Não sei
150 mesmo, visualizo pássaro pelo nome comum; animal pelo nome comum; não sei nome
151 científico. Agora, se você pegar meu laudo, as árvores que vão ser suprimidas, vão ficar; elas
152 estão com os nomes científicos do lado. Obrigado. ELAINE (FAEMG): Eu só para perguntei
153 para saber o critério, quem sou eu, foi mais de acordo com aquele caso. Obrigada. MARINA
154 (PRESIDENTE): Bom, então eu vou colocar em votação o parecer da SUPRAM,
155 disponibilizado. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam como estão, demais se
156 manifestem. Por favor, se manifeste no microfone. MOISÉS (FETAEMG): Quando se criou
157 aquele Parque lá foi para salvar o lugar, uma situação onde se estava pensando em PCHs, para
158 criar um refúgio para peixe, mas infelizmente o Estado não observou as consequências que
159 geraria e tendo criado um Parque ali, para qualquer um, entendeu eu e a própria legislação,
160 que para fazer a supressão de áreas, florestas ali naquela região, tem que haver um projeto do
161 Governo Estadual para gestão disso, área de entorno. Agora, você suprimir árvores ali naquele
162 entorno não é a mesma coisa que você suprimir árvores antes de ter aquela Reserva de
163 Preservação lá. Considerando isso entendo que, enquanto não houver um projeto de manejo
164 vindo do Estado para aquela região lá, eu sou contra a supressão de mata vegetativa daquela
165 região. SUB-TENENTE AUGUSTO (POLÍCIA MILITAR): Como o próprio José Maria
166 falou da dificuldade, não há um consenso. Aqui nós temos um grande problema com o Pau
167 Furado, invasão lá por pescadores, fogo, animais das propriedades vizinhas que adentram para
168 dentro do parque. Então, há necessidade sim de preservar um cinturão verde em torno dessas
169 áreas, por isso, infelizmente, eu sou contra o parecer da SUPRAM. ANTÔNIO GERALDO
170 (CERVIVO): Pelos mesmos motivos do nosso Conselheiro Moisés, essa questão é Estado, eu
171 acho que já existem alguns mecanismos para isso, tem que por isso em ação. Então, não
172 adianta a gente ficar ai, às vezes deixando de cumprir isso. Tem a Bolsa Verde, tem a
173 Compensação, a questão da nova lei, da questão do aluguel de Reserva Legal, o Malaco foi
174 feliz em falar com relação a isso. Por isso, meu voto contrário ao desmatamento. ADEMAR
175 (SEAPA): Eu concordo com o Indeferimento do processo, mas não concordo com um dos
176 itens abordados como solução proposta por quem fez esse laudo. Principalmente no quesito de
177 incorporar essa área à Reserva. Caso façamos isso, nós vamos aumentar o perímetro de
178 cobertura de outras propriedades que não estão classificadas como entorno. Então, esse item
179 eu não concordo na aprovação dessa proposta para uma solução do produtor, mas eu voto pelo
180 Indeferimento do processo. MARINA (PRESIDENTE): Pelo Indeferimento, correto? Então,
181 com 04 (quatro) votos contrários o processo foi Indeferido. Item 5.3 destaque CERVIVO.
182 ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu queria só um esclarecimento aqui, que fala que esse
183 desmate ele está numa zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação. Eu queria
184 saber qual que é essa Unidade de Conservação? Porque nessa região de Pirapetinga, Campo
185 Limpo ai. **Áudio não identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Não só que
186 localiza, mas tem um parênteses antes e depois qual é o outro parênteses. **Áudio não**
187 **identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Ah sim, foi entendimento. Não se
188 localiza. **Áudio não identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Como zona de



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Conselho Estadual de Política Ambiental da URC – COPAM TRIÂNGULO
Comissão Paritária Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
Secretaria Executiva

189 amortecimento. **Áudio não identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Desculpa.
190 **Áudio não identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Ah sim, é que houve
191 entendimento. **Áudio não identificado.** ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Apesar disso ai
192 eu vejo essa questão ai porque tem uma empresa de reflorestamento que parece que ela tem a
193 intenção de criar uma Unidade de Conservação naquela região. Me parece que a Vale
194 Fertilizantes andou comprando muitas áreas nessa mesma região, o intuito de criar-se uma
195 Unidade naquela região, mas não tem nada concretizado e a minha preocupação com relação a
196 isso, desses desmates estarem sendo lá dentro daquelas áreas; áreas importantes da região de
197 Pirapetinga. MARINA (PRESIDENTE): Esclarecido Conselheiro? Coloco em votação o item
198 5.3, parecer apresentado pelo Núcleo. Os Conselheiros que forem favoráveis permaneçam
199 como estão, demais se manifestem. Aprovado. Vamos ao encerramento, Gustavo. Obrigado
200 presidente, GUSTAVO MALACO (ANGÁ): A respeito da sua proposta, se tiver espaço, sem
201 problema, se a prioridade for dada para Bolsa Verde ou outros mecanismos, não há problema
202 quanto a isso, foi só uma outra ideia, apenas uma sugestão. Bom, na última reunião; eu vou
203 ser bem rápido, acho que não vai durar nem 01 (um) minuto), é só um esclarecimento. Eu li a
204 Ata da última reunião, foi questionado muito a ausência da pessoa que enviou um e-mail ao
205 Secretário de Meio Ambiente e às diversas Sub Secretarias e ao Diretor Superintendente da
206 SUPRAM a respeito de críticas em relação ao que estava acontecendo nos processos de
207 análise. A minha ausência na última reunião foi justificada pela Conselheira por estar em uma
208 outra reunião oficial de Comitê de Bacia, inclusive foi a eleição no mesmo dia do Antônio
209 Geraldo, que é Conselheiro aqui da COPA. Então, eu não vou ficar entrando mais nessa
210 polêmica, mas só justificar minha ausência, para não achar como foi falado como covardia.
211 Estou aqui para responder qualquer coisa que quiserem. Segundo ponto foi destacado muito
212 que eu disse no e-mail a respeito de autorizações de desmatamento em áreas de Mata
213 Atlântica, eu gostaria de ler a frase que eu coloquei no e-mail, às vezes a pessoa se equivocou
214 ao ler o e-mail e disse que eu coloquei Autorizações. *“Temos denunciado inclusive
215 intervenções em áreas de Mata Atlântica, em Municípios da calha do Rio Paranaíba,
216 inseridos na calha do Rio Paranaíba em ofício recente à Sub Secretaria de Fiscalização”*.
217 Então, as pessoas que porventura mal interpretaram isso, lessem esse ofício direcionado à Sub
218 Secretaria de Fiscalização, que ele é público, eu disponibilizo a todos, caso alguém queira. Na
219 realidade foi uma denúncia de intervenções e com certeza não autorizadas e não autorizações,
220 acho que é bom a gente deixar as coisas bem claras, para que não haja interpretações errôneas.
221 Então, se ler e ter um pouquinho de atenção ao e-mail vai entender a nossa crítica. E resalto o
222 resto do e-mail inteiro que a nossa crítica é política, de construção, é pensando num
223 aprimoramento de gestão, na definição justamente desses processos. Muito obrigado, tenham
224 um bom dia. MARINA (PRESIDENTE): Conselheiros? **7. Encerramento.** Agradeço a
225 presença de todos, finalizamos a nossa pauta. Boa tarde a Todos. Desta forma, nada mais
226 havendo a tratar, após a Presidente encerrar a reunião eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a
227 presente Ata que segue por ela assinada. Uberlândia, 14 de fevereiro de 2014.

228
229
230
231

MARINA SARDINHA MACHADO – (presidente)